

## Direto de Brasília: Apesp defende pleito da carreira no Congresso Nacional

**N**os últimos meses, a Apesp tem desenvolvido intensas atividades no Congresso Nacional em prol da inclusão dos procuradores nas PECs 210/2007 – em tramitação na Câmara dos Deputados e de autoria do deputado Regis de Oliveira (PSC/SP) – e PEC 21/2008 – em tramitação no Senado Federal e de autoria do senador Álvaro Dias (PSDB/PR). Similares, as propostas propõem o restabelecimento “do adicional por tempo de serviço como componente da remuneração das carreiras da magistratura e do Ministério Público”, acima do teto constitucional.

Semanalmente, representantes da entidade realizam um “corpo-a-corpo” com deputados e senadores para angariar apoio às emendas que incluem os procuradores nas PECs. O trabalho tem sido árduo e desafiador. Aos poucos, a resistência dos congressistas vem sendo minada e o argumento da simetria constitucional entre as carreiras essenciais à Justiça torna-se cada vez mais palatável. A importância da luta é inquestionável e a Apesp conta com seus

associados nessa empreitada. Para enfrentar uma batalha de tamanha envergadura, a informação é essencial. Dessa forma, todos os veículos de comunicação da entidade estão prioritariamente voltados para a cobertura dos fatos em Brasília:

- Boletim “**Direto de Brasília**”: notícias sobre as atividades da Apesp no Congresso são enviadas por e-mail e inseridas no site da entidade ([www.apesp.org.br](http://www.apesp.org.br)). **ATENÇÃO:** para receber os boletins é necessário cadastrar o endereço eletrônico! Envie um e-mail para [apesp@apesp.org.br](mailto:apesp@apesp.org.br) e já comece a receber notícias as da capital federal!

- **Apesp em Movimento:** o informativo publicará um compilado das notícias publicadas no site para que os associados que não utilizam a internet também possam ficar informados.

- **Jornal do Procurador:** as próximas edições do tradicional jornal da entidade publicará, na íntegra, entrevistas, reportagens, material fotográfico, linha do tempo etc.

### Participe da luta!

O apoio dos colegas é fundamental! Os deputados e senadores ficam sensibilizados quando existe mobilização! Envie mensagens de agradecimento aos parlamentares que estão apoiando a causa dos procuradores! Regularmente, a Apesp envia mensagens eletrônicas – e também inclui nos boletins “Direto de Brasília” – com o e-mail dos aliados da carreira! Sugestão de redação para a sua mensagem:

Prezado (a) Deputado (a) - ou Senador (a).....,

Agradeço, na qualidade de Procurador(a) do Estado de São Paulo, o apoio de V.Exa. ao pleito da emenda da APESP à PEC 210/2007 (ou PEC 21/2008, no caso da proposta que tramita no Senado), com o objetivo de garantir aos Procuradores do Estado o mesmo direito pleiteado pela Magistratura e Ministério Público.

Atenciosamente,

(nome do Procurador)

## Balanço: conheça as emendas às PECs 210 e 21

**A** Apesp trabalha com a possibilidade de três (3) emendas à PEC 210/2007, em tramitação na câmara dos Deputados:

**Emenda 1** - autor deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP). Fase: 180 assinaturas. Conteúdo:

“Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo à Proposta de Emenda à Constituição n.º 210, de 2007:

Art. ... O artigo 135 da Constituição da República Federativa do Brasil passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

Art.135.....

Parágrafo único. “Não serão computados, para efeito do limite remuneratório de que trata o inciso XI do art. 37 e da vedação contida no § 4º do art. 39, as parcelas de que trata o § 11 do art. 37, e a gratificação adicional por tempo de serviço, à razão de cinco por cento do subsídio por quinquênio de serviço público efetivo, até o máximo de sete quinquênios, sendo computado o tempo de advocacia, até o máximo quinze anos, desde que não cumulativo com o tempo de serviço público”.

**Emenda 2** – autor deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP). Fase: 130 assinaturas.

“Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo à Proposta de Emenda à Constituição n.º 210, de 2007:

Art. ... O artigo 132 da Constituição da República Federativa do Brasil passa a vigorar acrescido do parágrafo segundo, alterando-se a numeração do parágrafo único para parágrafo primeiro:

Art. 132.....

§ 1º.....

Parágrafo segundo. “Não serão computados, para efeito

dos limites remuneratórios de que trata o inciso XI do art. 37 e da vedação contida no § 4º do art. 39, as parcelas de caráter indenizatório e o adicional por tempo de serviço, previsto em lei, para as carreiras listadas no caput, até limite de trinta e cinco por cento do valor do subsídio”.

**Emenda 3** – autor deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP). Fase: 90 assinaturas.

“Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo à Proposta de Emenda à Constituição n.º 210, de 2007:

Art. O artigo 135, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 135. Os servidores integrantes das carreiras disciplinadas nas Seções II e III deste Capítulo serão remunerados na forma do art. 39, §4.º, observado, no que couber, o art. 93, V.”

Existem ainda emendas subscritas pelo líder do PSB, deputado Rodrigo Rollemberg, e pelo deputado Marcelo Itagiba (PMDB/RJ). Acesse a íntegra no site [www.apesp.org.br](http://www.apesp.org.br).

No Senado, a PEC 21/2008 recebeu duas (2) emendas formuladas pela Apesp:

**Emenda 1** – Senador Expedito Junior (PR/RO). Fase: já protocolada na Comissão de Constituição e Justiça, CCJ. Conteúdo idêntico à emenda n.º 1, apresentada pelo deputado Arnaldo Faria de Sá.

**Emenda 2** – Senadora Lúcia Vânia (PSDB/GO). Fase: já protocolada na Comissão de Constituição e Justiça, CCJ. Conteúdo idêntico à emenda n.º 3, apresentada pelo deputado Arnaldo Faria de Sá.

Existem ainda outras três emendas à PEC 21/2008 subscritas pelo senador Expedito Junior. Acesse a íntegra no site [www.apesp.org.br](http://www.apesp.org.br).



## Comissão Especial recebe carreiras de Estado

**E**m 26/05, o plenário 14 da Câmara dos Deputados foi palco de um momento histórico para a advocacia pública brasileira. A Comissão Especial, que apreciará a PEC 210/2007, recebeu o presidente da Apesp (e representante da Anape), Ivan de Castro Duarte Martins, que se manifestou em defesa do pleito pela inserção dos procuradores na proposta. O presidente esclareceu aos deputados presentes a necessidade da manutenção da isonomia constitucional entre as carreiras essenciais à Justiça e mencionou as incontáveis contribuições da PGE SP ao interesse público e ao resguardo da cidadania. Leia abaixo alguns excertos e acesse no site da Apesp a íntegra do discurso.

“(…) andou bem o autor da PEC 210/07 ao buscar equacionar o descompasso criado pelo atual modelo remuneratório, concebido na esteira das reformas administrativa e previdenciária, com relação à realidade dessas longas carreiras. O problema é haver deixado de contemplar outras importantes instituições do Estado, compostas, invariavelmente, por carreiras de perfil igualmente alongado, para as quais o prêmio pela permanência sempre se traduziu no direito à percepção do adicional por tempo de serviço e que merecem sua inserção no texto ora em gestação nesta Comissão. Outra solução que, a meu ver, foi engenhosamente desenhada pelo subscritor da PEC 210/07, reside na possibilidade de exclusão do adicional por tempo de serviço do limite do teto remuneratório, pelo menos até atingir 35% do valor do subsídio”.

“É possível e é preciso consertar essas falhas e tornar o regime remuneratório sob a forma de subsídios mais equilibrado e vejo que esse momento é chegado, encontrando-se nas mãos dessa douta Comissão Especial a chance de promover esses necessários ajustes.

Indo um pouco mais além, vejo que, a par dessas insuperáveis razões para inclusão das procuradorias estaduais e demais carreiras no âmbito da PEC 210/07, em relação à categoria que represento, ainda perfilam argumentos mais específicos. A advocacia pública, as procuradorias dos Estados e a defensoria pública, assim como o Ministério Público, retêm a condição de desempenhar funções essenciais à Justiça, motivo por que todas recebem tratamento constitucional no mesmo Capítulo IV, do Título IV que se ocupa da Organização dos Poderes. Acrescente-se que, em reconhecimento da essencialidade de suas funções para a administração da Justiça, tanto os membros do Ministério Público quando os procuradores

e os defensores públicos sujeitam-se ao mesmo teto remuneratório do art. 37, XI. A quebra dessa unicidade, que certamente resultará da aprovação do texto original da PEC 210/07 sem as alterações ora cogitadas, significará o desmonte da advocacia pública, à medida que previsível e instantaneamente se incrementará corrente migratória no sentido da magistratura e do Ministério Público, cujas carreiras subitamente tornar-se-ão mais atrativas do ponto de vista da remuneração. Desse desmonte anunciado resultará a queda da qualidade do serviço prestado pela advocacia pública, hoje uma importante aliada dos governadores e responsável por assegurar a implantação de muitas políticas de governo”.

### Estiveram presentes para prestigiar o presidente da Apesp:

**Representantes da Apesp:** Márcia Zanotti, diretora-financeira; Cristina Cirenza, secretária-geral; e Daniel Pagliusi, diretor de Comunicação;



**Representantes da Anape:** Ronald Bicca, presidente; e Ana Carolina Monte Procópio de Araújo, Relações Públicas da Anape e procuradora do Estado do RN;

José Procópio, presidente da Sindiproesp; Marcelo Terto, presidente da Associação dos Procuradores do GO; Gustavo de Assis Oliveira, presidente da Associação dos Procuradores do DF;

**Procuradores de São Paulo:** Clério Rodrigues, Newton Jorge, Marcos Ribeiro de Barros, Leonardo Ruffo e Thiago Sombra;

**Representante do Conselho da PGE:** Daniel Smolentzov; Cristina Guelfi, defensora-pública geral de SP;

Representantes das entidades Defensores Públicos e do Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal.

## A mobilização passo a passo

**22/04 – Brasília:** Encontro com os deputados Flávio Dino (PC do B/MA), Roberto Magalhães (DEM/PE), José Eduardo Cardozo (PT/SP) e Carlos Sampaio (PSDB/SP);

**23/04 – Brasília:** Encontro com os deputados Arnaldo Jardim, vice-líder do PPS, e Fernando Chucre (PSDB/SP). Visita ao chefe de Gabinete do deputado Henrique Fontana (PT/RS), líder do Governo na Câmara dos Deputados;

**24/04 – São Paulo:** Encontro com Michel Temer, presidente da Câmara dos Deputados;

**28/04 – Brasília:** Encontro com os deputados Regis de Oliveira (PSC /SP) e Emanuel Fernandes (PSDB/SP). O presidente da Apesp visitou a sede da Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep) e reuniu-se com seu o presidente, André Luis Machado de Castro, com o propósito de estabelecer uma agenda conjunta que permita a mobilização das duas carreiras que representam;

**04/05 – São Paulo:** Encontro com os deputados Milton Monti (PR/SP) e Renato Amary (PSDB/SP);

**05/05 – Brasília:** Encontro com os deputados Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP) e Jorginho Maluly (DEM/SP);

**06/05 – Brasília:** Encontro com os deputados Carlos Sampaio (PSDB/SP), Marcelo Ortiz (PV/SP) e Edinho Bez (PMDB/SC);

**06/05 – Brasília:** Encontro com os senadores Álvaro Dias (PSDB/PR), Valdir Raupp (PMDB/RO) e Renan Calheiros (PMDB/AL), líder do partido no Senado.

**12 e 13/05 – Brasília:** Representantes de 20 associações estaduais de procuradores do Estado e da Anape visitaram os deputados Michel Temer, presidente da Câmara dos Deputados, Roberto Magalhães (DEM/PE), João Dado (PDT/SP), Flávio Dino (PC do B/MA). O presidente da Apesp encontrou ainda Geraldo Pudim (PMDB/RJ) e William Woo, vice-líder do PSDB.



**14/05 – Brasília:** instalação da Comissão Especial que analisará a PEC 210 e eleição do presidente e relator, com presença da Apesp.

**19/05 – Brasília:** deputado Arnaldo Faria de Sá assina primeira emenda à PEC 210 proposta pela Apesp.

**21/05 – Brasília:** deputado Arnaldo Faria de Sá assina segunda emenda à PEC 210 e, no Senado, Expedito Junior (PR/RO), apresenta emenda à PEC 21, conforme sugerido pela Apesp.

**22/05 – Brasília:** atendendo ao pleito dos procuradores, a senadora Lúcia Vânia (PSDB/GO) apresenta emenda à PEC 21.

**26/05 – Brasília:** deputado Arnaldo Faria de Sá assina terceira emenda à PEC 210, proposta pela Apesp.

**26/05 – Brasília:** de forma histórica, presidente da Apesp, Ivan de Castro Duarte Martins, faz uso da palavra na audiência pública promovida pela Comissão Especial.

**27/05 – Brasília:** visita aos senadores Demóstenes Torres (DEM/GO), presidente da CCJ, Lúcia Vânia (PSDB/GO), Francisco Dorneles (PP/RJ), Romero Jucá (PMDB/RR) e Sérgio Guerra (PSDB/RJ).

**27/05 – Brasília:** em encontro articulado pelas diretorias da Anape e APE-AL, os diretores da Apesp foram recebidos pela bancada alagoana na Câmara dos Deputados: Antonio Carlos Chamariz (PTB/AL), Augusto Farias (PTB/AL), Benedito de Lira (PP/AL), Francisco Tenório (PMN/AL), Givaldo Carimbão (PSB/AL) e Joaquim Beltrão (PMDB/AL). Visita ao deputado Jofran Frejat (PR/DF).

**28/05 – Brasília:** Encontro com os deputados Gustavo Fruet (PSDB/PR) e Eliene Lima (PP/MT), membro da Comissão Especial.

**28/05 – Brasília:** visita aos senadores paulistas Romeu Tuma (PTB), Eduardo Suplicy (PT) e com o assessor do senador Aloízio Mercadante (PT), Marcos Rogério de Souza.

